

CORREIO NORTE

Alex Pazuuello/Secom



Alimentos doados para ajuda humanitária

Ajuda humanitária no combate à seca

O governador Wilson Lima acompanhou, nesta semana, os trabalhos de mais um envio de ajuda humanitária para comunidades rurais de Manaus afetadas pela seca, como parte da Operação Estiagem 2024.

“Nos próximos 20 dias vamos encerrar essa primeira etapa de entrega de 130 mil cestas básicas e vamos avaliando o comportamento dos rios e também da situação das comunidades, para implementar uma segunda fase de envios”,

afirmou o governador. De acordo com a Defesa Civil do estado, a ajuda humanitária atenderá, inicialmente, 12 comunidades da zona rural de Manaus, salão elas: Cavalo, Acácio, Agrovila, São Sebastião, Nossa Senhora do Livramento, Ebenezer, Julião, Abelha, Nossa Senhora de Fátima, Nova Vida, Nova Esperança e São Francisco do Caramuri. A estimativa é que 2.329 famílias, o equivalente a 9.316 pessoas, tenham sido impactadas pela vazante nas comunidades.

Apagão

Em meio ao aumento de queimadas entre agosto e setembro, pelo menos 17,7 mil locais no Acre sofreram quedas de energia devido a incêndios em 2024. Segundo a concessionária Energisa, os registros de interrupções já alcançaram o total do ano passado, mesmo com a situação ainda em andamento.

Denúncias

A Polícia Civil de Palmas abriu um procedimento para investigar denúncias de contaminação na rede de abastecimento de água, administrada pela BRK Ambiental. O delegado Ricardo Real destacou que o mau cheiro e a cor turva da água têm gerado queixas entre os moradores.

Reconhecimento

A Fundação Elias Mansour (FEM) iniciou o reconhecimento do novenário de Nossa Senhora da Glória, celebrado em agosto em Cruzeiro do Sul (AC), como patrimônio histórico imaterial do Acre. A historiadora Iri Nobre coleta informações da comunidade sobre o evento centenário e sua importância cultural.

Integração

O Governo do Amapá e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) se reuniram na quarta-feira (2) para integrar a estrutura do Hospital Universitário (HU) à rede estadual de saúde. O objetivo é aliviar a sobrecarga nas unidades hospitalares e otimizar serviços.

Omissão

O Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) entraram com uma ação civil pública na Justiça Federal contra a União, o Estado de Rondônia e a prefeitura de Porto Velho por omissão em relação às comunidades ribeirinhas da capital.

Prisão

Na noite de quarta (2), a Polícia Federal (PF) prendeu três auxiliares da campanha do candidato a prefeito de Mucajá, Chiquinho Rufino (Republicanos), durante uma operação em que foram apreendidos R\$ 9,2 mil em dinheiro, materiais de campanha e cadernos com anotações de possíveis eleitores.

Candidatura

Quatro candidatos registraram suas candidaturas para a prefeitura de Palmas (TO) nas eleições municipais de 2024, conforme o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A lista completa dos candidatos e seus partidos, organizada em ordem alfabética, pode ser consultada na plataforma DivulgaCand do TSE.

Lançamento

O paraense Leandro Machado lança, nesta sexta-feira (4/10), o livro “Kapapora” pela Editora Nauta. O romance de 112 páginas narra a saga de uma família ribeirinha no Marajó, lidando com violência e exploração infantil. A obra combina realismo e folclore, abordando as mazelas sociais da Amazônia.

Liderança

Na 5ª pesquisa da Perspectiva, David Almeida (Avante) lidera a corrida pela prefeitura de Manaus (AM) com 38% das intenções de voto, seguido por Roberto Cidade (União Brasil) com 20,9%. Alberto Neto (PL) e Amom Mandel (Cidadania) empatam com 15,8% e 14%, respectivamente.

Inscrições

A Universidade Federal do Pará (UFPA) lançou o edital do Desafio Universitário Inove+ 2024, que premia projetos inovadores de estudantes da Região Norte. As inscrições gratuitas vão até 17 de outubro e são abertas a alunos de graduação e pós-graduação.

Possível favorecimento eleitoral em Parintins

Investigação apura influência de membros do governo

Assessoria parlamentar

O governo do Amazonas exonerou secretários e comandantes da Polícia Militar após a divulgação de um vídeo em que membros do governo aparecem em uma reunião suspeita de planejar ações para favorecer a candidatura de Brena Dianná, do União Brasil, à prefeitura de Parintins (AM). A medida foi adotada em resposta a uma recomendação do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), que iniciou uma investigação sobre o caso.

O vídeo, gravado em agosto, mostra secretários discutindo supostas ações que poderiam influenciar o resultado das eleições municipais. Em despacho publicado no Diário Oficial, o MPAM abriu um inquérito civil para apurar possíveis crimes de improbidade administrativa e interferência na segurança pública.

Entre os exonerados estão Fabrício Rogério Cyrino Barbosa, secretário de Estado de Administração; Marcos Apolo Muniz de Araújo, secretário de Cultura e Economia Criativa; e Armando Silva do Valle, diretor da Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama).

Além disso, o tenente-coronel



Brena Dianá é candidata à prefeitura de Parintins pelo União Brasil

nel Jackson Ribeiro dos Santos e o capitão Guilherme Navarro Barbosa Martins, ambos da Polícia Militar, foram afastados de seus cargos.

Em nota, o governo estadual afirmou que a decisão de exoneração busca garantir a imparcialidade das investigações e permitir que os envolvidos possam se defender de forma justa. Caso a inocência dos exonerados seja comprovada, eles poderão retornar às suas funções.

A Justiça Eleitoral de Parintins também determinou, no início da semana, a suspensão da entrega de cestas básicas feitas pelo governo na cidade, medida tomada após uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral apresentada pela coligação “Parintins em Primeiro Lugar”, do candidato Mateus Assayag (PSD).

A juíza Juliana Mousinho, responsável pela decisão, apontou que a distribuição dos itens

poderia configurar abuso de poder político. A magistrada também afastou o comandante da PM em Parintins, tenente-coronel Francisco Magno Judss, e determinou o retorno de policiais militares e civis enviados recentemente à cidade para reforçar a segurança. Segundo a decisão, as Forças Armadas ficarão encarregadas da guarda das urnas nas eleições municipais. O MPAM e a PF seguem apurando o caso.

Justiça bloqueia uso de áreas desmatadas

A Justiça Federal determinou, na última quarta-feira (2/10), a proibição imediata de atividades agrícolas, comerciais e pastoris em áreas desmatadas ilegalmente nos estados do Amazonas e de Rondônia. A decisão inclui a obrigação dos proprietários de reflorestarem 86 hectares em Candeias do Jamari (RO) e 64 hectares em Apuí (AM). A ação foi resultado de processos movidos pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A medida judicial foi fundamentada com base em provas obtidas pelo cruzamento de dados geográficos do Cadastro Ambiental Rural (CAR) com imagens de satélite. O objetivo é punir e responsabilizar os envolvidos pelos desmatamentos, que estão impedidos de utilizar as terras para qualquer fim e deverão apresentar um projeto

de reflorestamento em até 90 dias. Além disso, os proprietários devem pagar indenizações por danos materiais e morais.

As reparações financeiras incluem o pagamento de R\$ 923 mil por danos materiais e R\$ 46 mil por danos morais coletivos na área de Rondônia. No Amazonas, os valores foram fixados em R\$ 687 mil e R\$ 34 mil, respectivamente. O projeto de reflorestamento deve ser elaborado por um profissional habilitado e aprovado pelo Ibama ou pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em até um ano, sob a supervisão do MPF.

A ação faz parte do projeto Amazônia Protege, iniciativa do MPF em parceria com o Ibama e o ICMBio, que visa a combater o desmatamento ilegal. O projeto utiliza imagens de satélite e dados públicos para identificar desmatamentos superiores a 60 hectares.



Marcelo Lellis/Agência Pará

Efetivo reforçado para dar segurança às eleições

8,8 mil policiais nas eleições no Pará

A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup) apresentou, em entrevista coletiva à imprensa, nesta quinta-feira, 03, o esquema de segurança da “Operação Eleições 2024” que mobiliza 8.891 agentes de segurança pública das esferas estadual e municipal, reforço com viaturas, aeronaves e embarcações nos 144 municípios do estado. As ações iniciaram na manhã de hoje, 03, e encerram no próximo domingo (6), ao finalizar o pla-

nejamento do pleito eleitoral previsto para o primeiro turno das eleições.

A operação coordenada pela Segup é uma das maiores no calendário da segurança pública do estado e reúne todos os órgãos do Sistema de Segurança Pública (Sieds), além de parcerias como órgãos de trânsito municipais, e as polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF), que vão atuar com ações preventivas e ostensivas em todo o território paraense.

ACRE

Menos de 40% das escolas aderiram ao ensino integral

O Acre registrou a terceira menor adesão ao Programa Escola em Tempo Integral no ciclo 2023/2024, de acordo com levantamento do Ministério da Educação (MEC) divulgado em 30 de setembro. Apenas 38,9% das escolas das 22 redes municipais apresentaram políticas para receber recursos após o período de pactuação. Em contraste, 21 estados do Brasil tiveram mais de 50% de suas redes adotando políticas para o ensino integral. O programa, que foi lançado em 2023, já repassou R\$ 36,8 milhões para escolas acreanas, destacando a necessidade de aprimorar as políticas educacionais locais para garantir maior acesso ao ensino integral e à educação de qualidade.

AMAPÁ

PF investiga esquema de plantão médico

A Polícia Federal (PF), em colaboração com o Ministério Público Estadual do Amapá, deflagrou a Operação Jaleco Fantasma na quinta-feira (3) para investigar um esquema de falsa escala de plantões médicos que movimentou R\$ 3 milhões desde abril de 2022. Foram cumpridos 13 mandados de busca e apreensão em áreas da Zona Sul e Centro de Macapá, além do Hospital de Clínicas Dr. Alberto Lima (Hcal), onde as fraudes teriam ocorrido. A investigação revelou que existiam duas escalas: uma oficial, publicada, e outra paralela. Médicos supostamente não compareciam aos plantões, destinando os recursos para outras atividades, incluindo viagens ao exterior.

AMAZONAS

Municípios tem horários diferentes de votação

Nas eleições municipais de 2024, 11 municípios do Amazonas terão horário de votação diferenciado. Em Manaus, a votação ocorrerá das 7h às 16h, para alinhar os resultados ao horário de Brasília, que é uma hora a mais que a capital amazonense. Nos outros municípios, as seções eleitorais abrirão às 6h e fecharão às 15h (horário local), resultando em uma diferença de duas horas em relação ao horário oficial. Essa é a primeira vez que as eleições municipais terão um horário único em todo o país, com a contagem de votos iniciando somente após o fechamento das urnas. O TSE estima que o resultado em Manaus deve ser conhecido entre 18h30 e 19h.

PARÁ

Seca dificulta votação para 40 mil ribeirinhos

Mais de 40 mil eleitores ribeirinhos no Pará enfrentarão dificuldades para votar no primeiro turno das Eleições de 2024, programado para o próximo domingo (6), devido à seca que atinge várias regiões do estado, segundo o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA). Atualmente, 116 locais de votação estão afetados pela seca, com 66 na região do Baixo Amazonas e 50 no Arquipélago do Marajó. Para garantir o acesso à votação, o TRE-PA utilizará, pela primeira vez, transportes de tração humana e animal, como carroças, para levar urnas eletrônicas às comunidades isoladas. A escassez hídrica no rio Xingu também impactou a logística de distribuição das urnas.